

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS ESCOLA DE
BELAS ARTES

Igui de Oliveira Silva

**Um gesto. Criando motivos para falar de Políticas Culturais
LGBTQIAPN+ no Brasil contemporâneo.**

Trabalho de Conclusão de Curso na forma de artigo
apresentado ao Curso de Graduação em Teatro – Licenciatura
– Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas
Gerais, para obtenção de título de Graduado(a) em
Licenciatura de Teatro. Orientadora: Heloisa Marina



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE BELAS ARTES
Colegiado do Curso de Graduação em Teatro
colteatro@eba.ufmg.br
(31xx) 3409 5385

CURSO DE GRADUAÇÃO EM TEATRO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO / Habilitação
Licenciatura

FOLHA DE APROVAÇÃO

Às 10:00h do dia 01/12/2023, reuniu-se no Prédio do Curso de Teatro a Banca Examinadora, constituída pelos professores: Heloisa Mariana, Sandro Ouriques Cardoso e Fredda Amorim, para avaliar o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da(o) discente Igui de Oliveira Silva, intitulado “Um gesto. Criando motivos para falar de Políticas Culturais LGBTQIAPN+ no Brasil contemporâneo”, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada(o) em Teatro. A sessão foi aberta apresentando os procedimentos da defesa, a banca e a(o) candidata(o). A(O) candidata(o) teve quinze minutos para a apresentação de seu trabalho e os examinadores tiveram, cada um, quinze minutos para proceder a arguição/explanação, tendo também a(o) discente, quinze minutos para as respostas. Em seguida, a banca reuniu-se para deliberação fazendo a seguinte consideração:

O candidato foi considerado Aprovado

Heloisa Marina da Silva



Documento assinado digitalmente
HELOISA MARINA DA SILVA
Data: 04/12/2023 15:21:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa.

— Orientadora

Sandro Ouriques Cardoso



Documento assinado digitalmente
SANDRO OURIQUES CARDOSO
Data: 04/12/2023 22:58:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a).

— Membro

Fredda Amorim



Documento assinado digitalmente
FREDERICO LEVI AMORIM
Data: 12/12/2023 15:59:22-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof(a).

— Membro

Belo Horizonte, 01 de dezembro de 2023.

Um gesto. Criando motivos para falar de Políticas Culturais LGBTQIAPN+ no Brasil contemporâneo.

RESUMO

Este trabalho busca destacar e refletir sobre políticas culturais para a população LGBTQIAPN+, apresentando os marcos e as complexidades da construção de políticas culturais, a partir de uma revisão na literatura sobre o tema. Descrevo com isso o contexto de como as artes e cultura LGBTQIAPN+ passaram a ser constituídas como alvo de perseguição no Brasil atual. Como proposta de enfrentamento a essa perseguição e “Guerra Cultural” (Tavares, 2021) invento com minha vivência cultural-artística LGBTQIAPN+ uma vídeo-aula como forma de registro poético-histórico desse contexto político brasileiro, para fomentar a memória política, debates sobre políticas culturais, e instigar a elaboração de materiais criativos para falar de políticas públicas e mobilizar práticas autorais de práticas pedagógicas no e com o mundo.

Palavras-chaves: Políticas Culturais LGBTQIAPN+, Arte Kuir.

RESUMEN

Este trabajo busca visibilizar y reflexionar sobre las políticas culturales para la población LGBTQIAPN+, presentando los hitos y complejidades de la construcción de políticas culturales, a partir de una revisión de la literatura sobre el tema. Con esto, describo el contexto de cómo las artes y la cultura LGBTQIAPN+ llegaron a constituirse como blanco de persecución en el Brasil actual. Como propuesta para combatir esta persecución y “Guerra Cultural” (Tavares, 2021), invento, con mi experiencia cultural-artística LGBTQIAPN+, una videoclase como forma de registro poético-histórico de este contexto político brasileño, para fomentar la memoria política, debates sobre políticas culturales, e instigar la creación de materiales creativos para hablar de políticas públicas y movilizar prácticas autorales de prácticas pedagógicas en y con el mundo.

Contraseñas Políticas Culturales LGBTQIAPN+, Arte Kuir.

Prólogo convite

E não se pode narrar essa história, simplesmente porque nenhuma dessas histórias pertence ao passado: essas histórias continuam ocorrendo de forma simultâneas e solapadas no instante mesmo em que as contamos. (BUTLER, ANO, px.)

Antes da leitura do texto, convido a assistir a Vídeo-aula resultado desse Trabalho de Conclusão de curso, denominada *Um gesto. Criando motivos para falar de Políticas Culturais LGBTQIAPN+ no Brasil contemporâneo*.

<https://www.youtube.com/watch?v=AreP8CX4aP8>

APRESENTAÇÃO

Em vez de pensar as culturas nacionais como unificadas, deveríamos pensá-las como constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade, [...] ‘unificadas’ apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural” (HALL, 2015, p. 36)

Este trabalho é resultado do desejo de refletir sobre alguns assuntos que tive contato no curso de Teatro e que me despertaram bastante inquietação. Isso porque, mesmo trabalhando com arte há mais de 10 anos, e tirando uma experiência aqui ou acolá, foi nesse curso que pude me aproximar de maneira sistematizada dos debates em Políticas Culturais, produção e gestão teatral.

Assim, o trabalho tem como pano de fundo o encontro com a Professora Heloisa Marina que conheci na disciplina de “Políticas Culturais e Mecanismos de fomento”, e que me fez olhar para a minha experiência na produção e gestão teatral com carinho e rigor acadêmico disparando diversas perguntas, como por exemplo, o que a produção teatral me ensina? Qual as relações das cenas teatrais com as políticas públicas para as artes? Perguntas que reverberam nesse breve trabalho.

Foi a professora Heloisa Marina também que me apresentou o Livro “CULTURA E POLÍTICA NO BRASIL ATUAL” (2021), organizado pelos pesquisadores e professores brasileiros Antônio Albino Canelas Rubim e Márcio Tavares, leitura fundamental para a prática artística no Brasil contemporâneo. Este livro me ajuda a elaborar diversos pensamentos críticos acerca das Políticas Culturais e contribui diretamente na proposta deste trabalho de conclusão de curso. Isto é, tem muita vontade vinda desse livro nesse texto.

Ainda do ponto de vista teórico, sem entrar na esfera das diversas definições do conceito de Políticas Públicas Culturais, aqui reverberamos os pensamentos do pesquisador Nestor Garcia Canclín, que afirma:

[...] o conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social. CANCLINI (1987, p. 26, tradução minha)

Portanto, compreendemos aqui todo o esforço, tanto do ponto de vista governamental, estatal e civil de elaborar um campo de intervenção pública no fomento, fortalecimento, desenvolvimento e compartilhamento de ações artístico-culturais para nossa multidão KUIR.

Esse texto é também uma celebração da existência do Núcleo de Pesquisa Atuar-produzir, que nos últimos dois anos (2021 a 2023) vem acolhendo meus pensamentos e os ampliando. Por isso, agradeço às minhas parceiras do Núcleo de Pesquisa Gabriela Seabra, Guilherme Luz, Renan Martins e Heloisa Marina.

Compartilho nesses escritos o desejo e a sensação de urgência de olharmos e darmos atenção à cultura LGBTQIAPN+, na tentativa de dar visibilidade a outras experiências que compõem modelos de subjetividades não-hegemônicos de vida e arte, outras articulações da expressão de gênero e sexualidade que produzem cultura e disputam direitos culturais. E além, iniciar os esforços para compreender como as ações artísticos-culturais produzidas por pessoas não-heterossexuais modelam ou tencionam novos modos de pensar políticas culturais para as artes brasileiras.

Afirmo aqui a cultura LGBTQIAPN+ no sentido amplo, reconhecendo a invenção de modos de vida, valores sociais e referenciais estéticos a partir de um senso de comunidade dada pela experiência sexual. A cultura LGBTQIAP+ impulsiona o imaginário, o simbólico e o sensível na construção de uma cultura baseada nos Direitos Humanos e na cidadania e podem promover diferentes estratégias para pensar Políticas Culturais e as relações entre cultura e democracia.

Sim. Sou artista LGBTQIAPN+, atuante na cena belorizontina, e escrevo amparado em questões genuínas, em minha experiência pessoal como jovem artista e pesquisador LGBTQIAPN+. A partir da compreensão dos percursos da criação de políticas culturais LGBTQIAPN+ no Brasil, busco olhar para minha trajetória artística e de forma transdisciplinar aliar minhas pesquisas aos estudos em teatro, pesquisas e debates sobre os direitos humanos e as sexualidades no campo da psicologia social e dos movimentos sociais LGBTQIAPN+. Assim, destaco a relação entre arte, suas dimensões sócias históricas, as expressões da sexualidade e a práxis política, em busca da transformação social por meio do enfrentamento às opressões relacionadas ao gênero e a orientação sexual.

Assim, o trabalho reafirma uma produção crítica em políticas públicas culturais de uma artista de teatro, sobre um tema complexo e caro para a cena atual brasileira e faz referência a uma realidade empírica e muito pouco estudada. Busca romper o vazio bibliográfico em torno da temática de Teatro, Sexualidades e políticas públicas. Dessa forma, reconhece e celebra também as práticas profissionais de diversos artistas afirmando nossa riqueza cultural e diversidade.

Em outras palavras, o trabalho compartilha reflexões sobre políticas culturais para a população LGBTQIAPN+, a partir do desejo de inventar modos de resistência à perseguição cultural aos artistas LGBTQIAPN+ no contexto do Brasil e que ganharam força no final da segunda década do século XXI. Busco apresentar os marcos e as complexidades da construção de políticas culturais LGBTQIAPN+ a partir de uma revisão na literatura sobre as políticas culturais LGBTQIAPN+, contextualizando como as artes e cultura LGBTQIAPN+ passaram a ser constituídas como alvo de perseguição no Brasil atual. Como proposta de enfrentamento a essa “Guerra Cultural” (Tavares, 2021) invento de maneira auto ficcional, articulando a história política com minha história pessoal, uma vídeo-aula como forma de registro poético-histórico desse contexto político, para fomentar debates sobre políticas culturais, e instigar a elaboração de materiais autorais na prática pedagógica da sala de aula e no mundo.

Políticas Públicas Culturais LGBTQIAPN+

A produção artístico-cultural de uma sociedade pode revelar padrões dominantes de corporeidade e subjetividades que sustentam discursos, banalizam visões e experiências no campo social, assim como pode dar visibilidade a outras experiências que compõem modelos de subjetividades não-hegemônicos, outras articulações da expressão de gênero e de linguagem.

A Cultura LGBTQIAPN+ é diversa e polimorfa, assim como a sexualidade. São manifestações de diversas linguagens artísticas, como a dança, a performance, o teatro, o cinema, a música, além da ocupação artística de espaços públicos, que afirmam os direitos culturais como parte indissociável dos direitos humanos. Nesta perspectiva, pessoas LGBTQIAPN+ lutam diariamente pelo direito de participarem e produzirem cultura no país que mais mata a população LGBTQIAPN+.

A cultura LGBT impulsiona a construção de uma cultura baseada nos Direitos Humanos e na cidadania, na busca de princípios de equivalência dos direitos sociais, e multiculturais. Assim, para além de afirmar as identidades sexuais, a cultura LGBTQIAPN+ propõe uma cultura democrática e de valorização das diversidades, em contraposição as práticas de homogeneização da cultural heteronormativa.

Na revista EXTRAPRENSA de 2021, com o tema *Gestão cultural para a próxima década*, as pesquisadoras e professoras ligadas a USP, Luiz Roberto de Almeida e Lucilene Cury apresentam o trabalho “A urgência de políticas públicas para artistas LGBTQ+ latino-americanos” (2021). Nessa pesquisa refletem sobre a importância de artistas LGBTQIAPN+ na construção de narrativas identitárias da comunidade LGBTQIA+ e afirmam a urgência de políticas culturais que valorizem e promovam visibilidade a esses artistas. Na pesquisa das pesquisadoras, elas levantam as seguintes hipóteses:

As artistas LGBTQ+ são figuras de referência para os sujeitos da comunidade e, dessa forma, ajudam no processo de entendimento das possibilidades de existência como sujeitos cisgêneros homossexuais, trans ou não-binários; (...). esses artistas também são figuras de

referência para além da comunidade LGBTQ+ porque seus trabalhos artísticos apresentam uma identidade humana do sujeito LGBTQ+ que possibilita o melhor entendimento da sociedade sobre as existências cisgêneros homossexuais, trans ou não-binárias.(ALMEIDA, & CURY,, 2021 p 301)

Um outro fator fundamental no combate à opressão e desigualdades de gênero e sexual, é a relação entre memória e ação política. Ou admitir o papel político da cultura e da memória nas mobilizações coletivas. A Cultura LGBTQIAPN+ tenta superar práticas recorrentes de esquecimento e silenciamento de saberes culturais. Sujeitos que não comportam e compartilham da heterossexualidade dominante são impedidos historicamente de produzirem memória na humanidade, impedidos de produzirem memória coletiva e social. As lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, intersexos, não binários e uma multidão *KUIR* disputam significados coletivos de forma a exercerem o direito de construir publicamente uma memória coletiva e sua existência e romperem um silêncio e o local clandestino de suas memórias. Assim, constituir a cidadania é também uma tarefa cultural, já não se pode pensar em acesso pleno ao direito se há negação à cultura ao direito à memória.

Essa perspectiva vai ao encontro com os pensamentos da pesquisadora em Produção e Gestão Teatral e professora do curso de teatro da UFMG, MARINA (2017, p 275), que destaca o “poder de persuasão que a arte provoca, o impacto que ela gera no consciente e inconsciente social”. E ainda em diálogo com a pesquisadora, é fundamental no debate das políticas para as artes compreender os caminhos que tornam possíveis os diálogos e mediações entre as produções artísticas e o poder público. Temos como afirmação neste trabalho, modelos de financiamento e sustentabilidade que “estejam em sintonia com as ideias de democracia cultural, pluralidade, inclusão.” (MARINA, 2017, p 288).

Para mantermos essa sintonia no esforço da equivalência de direitos culturais, as artistas e movimentos culturais e sociais LGBTQIA+ se esforçam no diálogo com o poder público a base de muita luta e manifestações.

Já o pesquisador Professor de Antropologia e integrante do Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade. Universidade Federal de Goiás

(UFG) Camilo Braz ao estudar a noção de "Cultura LGBT", traz uma questão importante para nossas reflexões. Ao falar de Políticas Culturais LGBTQIPNA+ os principais debates focam em Segurança Pública e Saúde, constituindo uma ausência de marcadores reflexivos para pensar a cultura também como marcador estético-artístico dessa comunidade. Em outras palavras, nossa comunidade ainda luta por direitos básicos de sobrevivência, constituindo um campo de ausência na literatura de pesquisas em políticas públicas para as artes e cultura LGBTQIAPN+.

É válido marcar também o abismo na literatura especializada de publicações e pesquisas na área de cultura LGBTQIAPN+ depois de 2015. A partir desse período notamos uma espécie de silenciamento ou perseguição às lutas pelas consolidações das políticas culturais LGBTQIA + no Brasil que resultam na falta de pesquisas e referências na área.

Podemos afirmar também o caráter recente das construções das políticas públicas LGBTQIA+, principalmente as voltadas para o direito à cultura. O Ser-Tão, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade, afirma que

o fato de que tais ações e programas formulados pelo governo federal – e também pelos governos estaduais e municipais – com vistas ao combate à homofobia e à promoção da cidadania da população LGBT são marcados pela fragilidade institucional e por deficiências estruturais, levando ao diagnóstico de que no Brasil, no que diz respeito a esses temas, “nunca se teve tanto, e o que se tem é quase nada (MELLO, 2010 apud BRAZ 2001).

Do ponto de vista da cultura e segundo a pesquisadora brasileira em políticas culturais Isaura Botelho (2001), “a área da cultura tende a ser vista como acessória no conjunto das políticas governamentais, qualquer que seja a instância administrativa” (BOTELHO, 2001: 76 apud BRAZ 2013). No que tange a formação em Teatro ainda são recentes as reflexões da prática artística-cultural e as políticas culturais como disciplina integradoras ao curso e a formação de artista em teatro.

Ainda em diálogo com a pesquisa de BRAZ (2001), o I Programa Nacional de Direitos Humanos, publicado pelo Ministério da Justiça, descreve que:

Direitos humanos são os direitos fundamentais de todas as pessoas, sejam elas mulheres, negros, homossexuais, índios, idosos, pessoas portadoras de deficiências, populações de fronteiras, estrangeiros e emigrantes, refugiados, portadores de HIV positivo, crianças e adolescentes, policiais, presos, despossuídos e os que têm acesso a riqueza. Todos, enquanto pessoas, devem ser respeitados e sua integridade física protegida e assegurada (BRASIL, 1996: p. 3).

Para o pesquisador mesmo com a identificação da população homossexual, neste momento, a comunidade GLBTQIAPN+ não eram constituídas como sujeito de direito e não aparece como meta das políticas públicas no programa.

Já o II plano de Direitos Humanos, publicado pela Secretaria de Direitos Humanos, busca atualizar o primeiro programa, quase seis anos depois de sua publicação. O programa para tanto, traz um novo eixo denominado “Orientação Sexual”.

(..) que traz algumas ações estratégicas, que vão desde propor emenda à Constituição Federal para incluir a garantia do direito à “livre orientação sexual” e a “proibição da discriminação por orientação sexual”; até a necessidade de inclusão de dados relativos à orientação sexual nos censos demográficos. (BRAZ 2021 p. 11)

Entretanto, mesmo o foco do II Plano de Direitos humanos tendo como meta os chamados “grupos vulneráveis” e a “discriminação”, não aparece no texto a especificidades desses grupos, com exceção a população negra e o enfrentamento ao racismo que aparece explicitamente no documento. Assim, mesmo contendo o termo homossexuais na apresentação do Plano, a cultura LGBTQIA+ ainda não é reconhecida. Nas palavras do autor:

parafraseando a ideia de que “papel aceita tudo”, presente na avaliação preliminar de políticas públicas LGBT realizada pelo Ser-Tão (MELLO, 2010), nesse caso podemos arriscar que estávamos ainda num contexto em que “nem o papel aceitava qualquer coisa”. Além disso, se inegavelmente “homossexuais” aparecem no segundo Plano, para a discussão aqui proposta cabe frisar que, de todo modo, a “cultura LGBT” ainda não era diretamente mencionada. (BRAZ 2013 p 11)

Outro momento importante para a construção e afirmação da Cultura LGBTQIAPN+ foi o “Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” publicado em 2004 pelo Ministério da Saúde e pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação.

Segundo BRAZ (2013) podemos perceber no documento que a existência das Paradas LGBT são dadas como justificativas para o programa. Mesmo assim, as Paradas são descritas como manifestações políticas de massa, sem considerar sua dimensão artístico-cultural para a comunidade.

Vale dizer que até hoje tramita o projeto de lei que prevê tornar a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo patrimônio imaterial da humanidade, a passos lentos. Entretanto, na onda das construções das políticas públicas culturais LGBTQIAPN+ da primeira década do século XXI, o IPHAN considerou e nomeou junto a Festa Círio de Nazaré a festa Filhas de Chiquita¹ em Belém do Pará, como patrimônio imaterial da humanidade.

Ainda no Programa Brasil Sem Homofobia, o autor destaca o item do eixo “Articulação da Política de Promoção dos Direitos Homossexuais” que descreve a necessidade de “ações de publicidade” para combater o preconceito e a discriminação a população LGBTQIA+. Em certa medida a descrição deslumbra “questões culturais ou relativas a concepções ou visões de mundo, bem como ao plano do vivido, do cotidiano” (BRAZ 2013 p 12)

Entretanto a maior contribuição do Programa para as questões culturais é o item “VIII – Direito à Cultura: construindo uma política de cultura de paz e valores de promoção da diversidade humana”. O item traz os seguintes pontos:

- 31 - Apoiar a criação de um Grupo de Trabalho para elaborar um plano para o fomento, incentivo e apoio às produções artísticas e culturais que promovam a cultura e a não discriminação por orientação sexual.
- 32 - Apoiar a produção de bens culturais e apoio a eventos de visibilidade massiva de afirmação de orientação sexual e da cultura de paz.
- 33 - Estimular e apoiar a distribuição, circulação e acesso aos bens e serviços culturais com temática ligada ao combate à homofobia e à promoção da cidadania de GLBT.
- 34 - Criar ações para diagnosticar, avaliar e promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da participação da população

¹ A Festa da Chiquita, anteriormente conhecida como Festa das Filhas de Chiquita ou Festa da Maria Chiquita é uma festividade profana que ocorre anualmente em Belém, após a procissão da Trasladação do Círio de Nazaré

homossexual brasileira no processo de desenvolvimento, a partir de sua história e cultura.³⁵ - Implementar ações de capacitação de atores da política cultural para valorização da temática do combate à homofobia e da afirmação da orientação sexual GLBT.³⁶ - Articular com os órgãos estaduais e municipais de cultura para a promoção de ações voltadas ao combate da homofobia e a promoção da cidadania GLBT. (BRASIL, 2004: p. 24-25)

Interessante notar, e segundo BRAZ (2013), que embora o documento ainda não descreva “Cultura LGBT”, podemos identificar a demanda e a necessidade de fomento às produções de artistas LGBT, inclusive as próprias Paradas de Orgulho LGBTQIA+. Uma necessidade cada vez mais urgente e distante do Brasil atual.

Vale destaque também o “Plano Nacional LGBT” resultado da I Conferência Nacional LGBT que convoca a atuação do Ministério da Cultura (MinC), e afirma a importância dos editais relativos ao “Fomento às Expressões Culturais GLBT”.

Esses editais apoiam projetos culturais e artísticos de afirmação do direito às expressões de orientação sexual e de identidade de gênero, como as paradas e marchas e, contemplando projetos em diversos segmentos da expressão cultural, tais como teatro, dança, audiovisual, música, cultura popular, literatura, patrimônio material e imaterial (BRASIL, 2008: p. 33)

Para BRAZ (2013) é nesse momento que a ideia de “Cultura LGBT” aparece pela primeira vez nos documentos federais e que relaciona a diversos segmentos e linguagens artísticas para além das Paradas LGBT. Analisando o financiamento das ações culturais o autor ainda afirma que durante 2005 a 2009 a Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC) do MinC realizou seis editais para o segmento. Uma quantidade irrisória pelo tamanho e dimensão da nossa comunidade em todo território nacional.

Um ponto positivo, é que nesse mesmo Plano Nacional LGBT surge a estratégia de acrescentar nos formulários dos projetos os itens “orientação sexual” e “identidade de gênero”. Prática que fui ver acontecer em BH por volta de 2016, quase 08 anos depois da publicação. Nossas políticas culturais são lentas.

O Plano Nacional LGBT ainda propõe articulação das políticas culturais LGBTQIAPN+ como o MinC, como podemos ver no seguinte trecho:

apoiar, por meio dos mecanismos instituídos pela Lei 8.313/91 – Lei Federal de Incentivo à Cultura, projetos culturais que tratam da temática LGBT, a realização de estudos sobre a temática LGBT, a preservação do acervo que compõe a memória cultural LGBT, a criação de espaços culturais LGBT e eventos de visibilidade massiva de afirmação de orientação sexual, identidade de gênero e de uma cultura de paz, com vistas a promover e socializar o conhecimento sobre o tema LGBT (BRASIL, 2009: p. 23).

Dessa forma o Plano é inovador, reconhece a memória cultural GLBT no campo das ações relacionadas à Cultura e a criação de museus que recolham e resgatem os bens materiais e imateriais dessa população. O Plano ainda aponta a necessidade de apoio “eventos culturais com foco nas questões GLBT”, e a defesa de um calendário cultural nacional, com os Dias do Orgulho GLBT (28 de junho), da Visibilidade Lésbica (29 de agosto), da Visibilidade Travesti (29 de janeiro), como datas comemorativas oficiais. (BRAZ, 2013)

Na perspectiva desse momento histórico para o país, o Grupo SOMOS realizou em 2009 um Projeto de Capacitação em projetos culturais LGBT nas cinco regiões do país. Segundo BRAZ foram capacitados representantes de 70 entidades além de 34 participantes livres (artistas, produtores, gestores) (BRASIL, 2011: p. 89).

Um outro marco importante acontece em 2012, quando o Ministério da Cultura apresenta as metas do Plano Nacional de Cultura, como o tema “diversidade cultural”. Nesse documento aparece a implementação do Sistema Nacional de Cultura, com recursos do Fundo Nacional de Cultura, articulados para o fortalecimento da “diversidade”.

Segundo BRAZ (2013) a cultura LGBT se apresenta no Plano Nacional de Cultura a partir de duas metas. A primeira se refere a “Cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro realizada”. Produzir um mapa das expressões culturais e linguagens artísticas de todo o Brasil”. Isso implicaria o

mapeamento tanto das linguagens artísticas quanto às manifestações de grupos sociais

Entre esses segmentos estão: povos de terreiro; povos indígenas; ciganos; culturas populares; imigrantes; Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTs); mulheres; pessoas com deficiência ou transtornos psíquicos; mestres de saberes e fazeres tradicionais; crianças, jovens e idosos (BRASIL, 2012: p. 26-27).

A segunda meta é intitulada “450 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de Comunicação para a Cultura”. O objetivo era atender 450 grupos com ações de comunicação para a cultura, com objetivo de circular valores que simboliza a cultura de um povo. Essa meta destacou a importância de iniciativas que ampliem o exercício do direito humano à liberdade de expressão cultural e do direito à comunicação. BRAZ (2013) afirma que público desta meta são mulheres, negros e negras, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, rurais, pessoas com deficiência, LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), entre outros” (BRASIL, 2012: p. 120).

Um outro momento importante para a construção de Políticas Culturais LGBTQIAPN+ é a Portaria nº 19 de 17 de maio de 2012, que criou o Comitê Técnico de Cultura LGBT com a participação da sociedade civil. E, em 2015, o comitê passou a ser permanente. O Comitê tinha a função de ampliar e avaliar as ações culturais para a população LGBTQIAPN+.

Os grupos LGBT são responsáveis por uma produção cultural urbana bastante peculiar, que infelizmente não possui a merecida visibilidade. Com o Comitê, queremos criar uma rede de proteção, afirmação e de exposição dessa cultura (Entrevista de Ivana Bentes ao Projeto legal 2017),

O Comitê técnico LGBT foi uma das Estamos em 2023 e vemos a nossa Ministra da Cultura Margareth Menezes convocar a criação dos comitês de cultura, instrumento importante para o avanço da democracia.

Comitês de Cultura são redes de agentes, coletivos e instituições, articuladas por organizações da sociedade civil que, selecionadas por meio de editais, realizam ações de formação, mobilização e comunicação sobre as políticas culturais, temas nacionais e transversais, nos territórios. (EDITAL DO PROGRAMA NACIONAL DOS COMITÊS DE CULTURA 2023)

Entretanto, a partir de 2016, com o Impeachment da Presidenta Dilma Russef, o Brasil passou por um processo de destruição e combate as políticas culturais LGBTQIAPN+. Em 2018 o Ministério da Cultura foi extinto, e virou uma pasta. E assim, todo o processo de construção dos anos anteriores começou a ser desmontado. A “Guerra Cultura” (TAVARES 2021) estava lançada.

Isto é uma Guerra Cultural.

O pesquisador e ativista kuir Leandro Collin nos convoca ao perguntar “o que nós, dos estudos e movimentos feministas e LGBTQI+ temos a dizer sobre a atual crise e conjuntura brasileiras? ” (COLLIN 2021)

No esforço de organizar nosso discursos sobre a crise cultural brasileira proposto por COLLIN (2021) e ainda para tentar propor formas de enfrentamento à perseguição à cultura LGBTQIA+ apresento aqui ideia de “Guerra Cultura” como cunhada por Tavares (2021), contextualizando como as artes e a cultura LGBTQIA+ foram constituídas como alvo de perseguição.

No texto **Política, cultura e comunidades LGBTQI+** COLLIN (2021) contribui a apontar os marcos do movimento que nos escolheram a partir de 2010, como “inimigo número um”. Reconhecemos que a perseguição é reação ao:

aumento significativo da visibilidade das temáticas feministas e LGBTQI+ nos meios de comunicação de massa e nas chamadas novas mídias e redes sociais, a proliferação de paradas de orgulho LGBTQI+ em todo o país, a emergência de centenas de coletivos, grupos de pesquisa e publicações sobre essas temáticas dentro e fora das universidades, junto com o desenvolvimento de algumas políticas

públicas para o respeito à diversidade sexual e de gênero. (COLLIN 2021, p 156.)

Acrescento aqui também o aumento de coletivos de teatro em todo o país assumidamente LGBTQIAPN+, que constroem um campo de crítica a representação cisheteronormativa na cena teatral e promovem a invenção de novos modos de criar e fazer teatro, movimento que vem desenhando o que se chama de “Teatre”. Embora não seja o tema deste trabalho, não deixarei de citar coletivos como As travestidas de Ceará, Mexa em São Paulo, Ateliê Voador Cia de teatro na Bahia, Plataforma Beijo, Toda Deseo em Minas Gerais, e o reconhecidíssimo Jesus, Rainha do céu, encenado no Brasil por Renata Carvalho, e entre outros diversos grupos que atuam no Brasil.

Assim podemos afirmar que temos visto nos últimos 10 anos o surgimento de uma cena artística movimentada por dissidências sexuais e de gênero. Para COLLIN:

Curiosamente (ou não), são exatamente essas pessoas trans ou não binárias, fechativas, lacradoras, sapatonas masculinizadas, bichas afeminadas que formam a maioria das artistas da cena das dissidências sexuais e de gênero no Brasil da atualidade. E muitas dessas pessoas são negras e/ou produzem suas obras artísticas dentro de uma perspectiva interseccional (Akotirene, 2018) entre questões da sexualidade, gênero e raça. Isso não é um mero detalhe; é central para qualquer análise dessa cena no Brasil.(COLLIN, 2021, p. 16)

O autor ainda desenvolve suas reflexões e aponta que não foi de forma aleatória que fundamentalistas se juntam a conservadores para escolherem como alvo as artistas LGBTQIAPN+.

O pesquisador TAVARES (2021), soma a esse debate ao considerar que o fechamento da exposição *Qurerrmuseum: cartografias da diferença na arte brasileira* foi um marcador da “Guerra Cultural” no Brasil. Para o autor: “esse episódio antecipa o que veríamos um ano depois durante as eleições de 2018 (TAVARES, 2021 p. 71)”

Para TAVARES (2021) a ideia de “Guerra Cultural” nasce das contradições socioculturais que o mundo e o Brasil passaram desde a década de 1960 e afirma que

a partir dos anos 1990, o movimento *alt-right* nos Estados Unidos se organizou para enfrentar o que chamavam de ataque ao “modo de vida tradicional”. Nesse processo surge a ideia de “Guerra Cultural”.

Usando da leitura proposta pelo pesquisador e sociólogo americano James D. Hunter, TAVARES (2021) aponta que os assuntos econômicos que tradicionalmente marcaram as disputas políticas no debate público foram dividindo espaço com outros assuntos de divisão de opiniões e de caráter cultural. Assim para o autor o que determina a disputa política é a batalha pelas “instituições sociais e culturais entre conservadores e progressistas. ” TAVARES (2021 p 59)

TAVARES (2021) ainda propõe uma relação da ideia de “Guerra cultural” com o conceito de “marxismo cultural”. O autor nos explica que esse último termo é mais antigo e remonta aos anos 1920 quando Hitler se esforçou para afirmar a expressão “Bolchevismo Cultural” no universo da extrema direita. Mas os conceitos mantem o mesmo sentido: uma percepção conservadora que compreendia as transformações modernistas como decadência cultural. TAVARES 2021;.

No Brasil contemporâneo vemos as elites econômicas e conservadoras buscarem uma guerra ideológica que tentam nos convencer “de que as políticas neoliberais seriam a única saída para o país e que políticas sociais e de bem-estar eram gastos desnecessários” (TAVARES, 2021 p. 68)

Somado a isso TAVARES (2021) reflete que a partir do acesso à mídia tradicional, como as colunas de opinião, personalidades de ultradireita começaram a divulgar que a esquerda teria um plano de dominação da sociedade. (TAVARES 2021)

O autor desenvolve o pensamento e aponta que esse contexto se soma a uma nova força política no Brasil, as igrejas neopentecostais. Além disso, se junta a esse cenário a compreensão de que os pensamentos da extrema-direita foram difundidos pela estratégia sofisticada de uma comunicação política aliada as redes sociais.

Já COLLIN (2021) aponta também que o reconhecimento pelo STF da união entre pessoas do mesmo sexo no dia 05 de maio de 2011, e a Resolução 175 de 14 de

maio de 2013, que garantiu aos homossexuais o direito de se casarem no civil, foi um ato decisivo para a contrarreação dos conservadores.

No texto de COLLIN (2021) vemos que apenas seis dias dessa decisão os parlamentares evangélicos da Frente Parlamentar Evangélica se articularam no combate ao material do Ministério da Educação do projeto “Escola sem Homofobia”, que viria a ser suspenso pela presidenta Dilma Rousseff, 20 dias após a vitória do Movimento LGBTQIA+, pressionada, evidentemente, pelos fundamentalistas.

Vemos no Brasil, a partir disso, uma união entre neopentecostais aliados aos setores mais reacionários da Igreja Católica. Nessa aliança COLLIN (2021) afirma que no dia 14 de setembro de 2014, Dom Murilo Krieger, arcebispo do Brasil na época, publica um artigo em sua coluna dominical no jornal *A Tarde*, de Salvador, tentando deslegitimar o que nomeia de “teoria do gênero”.

Uma outra cena importante na construção do ódio à cultura LGBTQIA+, foi quando um pastor conservador passou a presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, no dia 7 de março de 2013. O movimento LGBTQIA+ realizou protestos em todo o país na contra-resposta, confirmando não apenas o absurdo dos retrocessos, mas como diz COLLIN (2021) “um atentado ao Estado laico, base de qualquer democracia” (COLLIN 2021 p 157). A partir daí as pautas feministas e LGBTQIA+ ganharam tons politiqueros e veio a se tornar questão importante para a decisão eleitoral de 2018.

O pesquisador kuir ainda contribui nessa criação ao explicar a união nacional entre os conservadores e fundamentalistas, que ganhou forma no termo “ideologia de gênero”. O autor destaca a publicação do livro *A estratégia, o plano dos homossexuais para transformar a sociedade*, do reverendo Louis P. Sheldon, publicado no Brasil em 2012 pela Editora Central Gospel.

No livro o reverendo desqualifica qualquer relação diferente do modelo familiar nuclear burguês e convoca religiosos para combater os direitos de pessoas LGBTQIA+, ou qualquer pessoa que não reproduza as normas da heteronormatividade. Para justificar seus argumentos o autor altera e distorce evidências e fatos históricos e afirma:

Não são apenas os terroristas estrangeiros que devemos temer hoje. Os radicais mais perigosos que ameaçam nosso estilo de vida são aqueles que vivem entre nós [...] e você pode ter certeza de que eles nos destruirão se não tomarmos medidas para derrotar o movimento radical deles agora. (Sheldon, 2012, p. 6 apud COLLIN 2021 p 158).

COLLIN (2021) ainda revela que Sheldon ataca as ações que visam o respeito à diversidade sexual e de gênero nas escolas e universidades, afirmando que essas ações tem o objetivo de ensinar as pessoas a serem homossexuais. Um outro ponto importante no Livro é a chamada dos fundamentalistas em se reunirem contra o Estado Laico. Sheldon diz que “a separação entre Igreja e Estado é uma mentira”.

E assim, a ideia de ideologia de gênero vai ganhando adeptos no Brasil. Um outro livro que ajudou a produzir discursos às oposições de gênero e sexualidade, dessa vez escrito por lideranças ligadas a Igreja Católica, é o *La ideologia del género*. De Jorge Scala. O livro foi publicado na Argentina em 2010 e traduzido para o Brasil em 2011.

Mas para o pesquisador e pedagogo Rogério Junqueira a elaboração do termo ideologia de gênero remonta desde os papados de João Paulo II (Karol Wojtyla) e Bento XVI (Joseph Ratzinger) e aparece pela primeira vez em abril de 1998. JUNQUEIRA identifica que o termo aparece pela primeira vez em uma nota da Conferência Episcopal do Peru, denominada La ideologia de género: sus peligros y alcances, produzida pelo ultraconservador monsenhor Oscar Alzamora Revoredo, marianista, Bispo Auxiliar de Lima.

A soma de uma nova forma de fazer campanha eleitoral através das redes sociais, somadas a interesses escusos da elite reacionária brasileira, levou a falsa ideia do conceito “ideologia de gênero” no Brasil inteiro, disseminando mentiras e ódio a uma parcela da sociedade que já vive em vulnerabilidade.

A perseguição a cultura LGBTQIAPN+ foi realizada em todas as instâncias do governo, criando um ambiente de censura aos nossos corpos e expressões artísticas. Não temos escolha, é preciso desconstruir esse imaginário de que nós que inventamos

as “ideologias de gênero” e tentarmos construir novamente nossas pontes e retomarmos as elaborações das políticas públicas culturais LGBTQIAPN+

Breves considerações: VÍDEO-AULA. Criando motivos para falar de Políticas culturais LGBTQIAPN+ no Brasil contemporâneo.

Em *¿De qué hablamos cuando hablamos de resistencia?* O pesquisador Néstor García Canclini reflete como o uso do termo resistência parece gasto e não vem acompanhando as complexas mudanças da ideia de poder no mundo contemporâneo. O autor nos chama atenção então para o esforço de identificar o contexto e seus atores quando falamos de resistência.

Dessa forma, a resistência aqui se dá na ação do registro e memória de processos vividos de uma parte da população que é negligenciada nas políticas públicas culturais brasileiras. Além disso, busco compartilhar essa narrativa de forma pedagógica, construindo diferentes modos para falar de Políticas Culturais, Gestão e Produção Cultural.

A vídeo-aula, portanto, busca trazer o conteúdo desse texto em formato de audiovisual e poético para tocar em assuntos urgentes no Brasil. A aula aproxima o telespectador e estudantes ao cenário atual das públicas culturais LGBTQIAPN+ no Brasil. Ao descrever esse processo a aula apresenta os principais desafios e pautas na garantia do exercício ao direito cultural dessa comunidade, refletindo sobre direitos culturais, patrimônio, memória, expressão artísticas e direitos e políticas culturais.

O vídeo aqui aparece também como resistência de uma jovem artista LGBTQIAPN+ em um tempo marcado por intolerâncias, diálogos restritos e um cenário de agitações políticas temerosas em nosso país, e evoca a utilização da arte como instrumento de desenvolvimento de ações que buscam a inclusão e a democratização a todos os indivíduos, como uma iniciativa de importância na defesa dos Direitos Humanos e no desenvolvimento de ações de proteção a multidão LGBTQIAPN+, e no fortalecimento da democracia e da diversidade cultural.

Com tudo isso, podemos afirmar aqui a força e a diversidade das práticas artísticas e culturais da população LGBTIQPNA+ em todo o território nacional, em diferentes linguagens e formatos. Linguagens que ampliam e combatem as homogeneidades culturais, valorizando nossas diversidades e modos de existir. Para tanto, é urgente tanto a implementações de editais específicos que garantem a produção, realização e fruição das expressões artísticas LGBTQIA+, como prevê os documentos citados nesse trabalho. Ainda, esses editais, precisam reconhecer as diversas identidades de gênero, e seus impactos na burocracia pública, para que cada vez mais nossa população tenha acesso aos modos de financiamento artístico-cultural.

Mas como sabemos que política cultural não é só edital, para garantir o direito cultural é urgente fortalecer e criar outros mecanismos de diálogo entre sociedade civil, movimento social, artistas e poder público, como os Comitês, comissões e conselhos de cultura, em todas as instâncias governamentais –municipais, estaduais e federais e ainda fortalecer as representatividades nesses órgãos.

Ainda, para efetivarmos o direito a cultura é fundamental a preservação cultural dessa população. Na retomada da política cultural no Brasil – ainda muito recente, devemos ficar atentos aos instrumentos públicos de acervo e memória da produção LGBTQIA+.

Por fim, passou da hora de incluir a Parada do orgulho LGBTIQ na agenda da cultura brasileira, assim como o dia da visibilidade Lésbica e também da Visibilidade Travesti e Transexual.

Ainda, como vivemos na era da pós-autonomia da arte segundo CANCLINI, não podemos ser ingênuas e imaginar que essas produções artísticos-culturais LGBTQIAPN+ buscam apenas liberdade e respeitabilidade em nossa sociedade. Essas produções também estão vinculadas, como qualquer outro bem artístico-cultural, aos sistemas econômicos nos quais são produzidas. Assim, afirmo que a urgência de consolidar as políticas culturais LGBTQIAPN+, se constitui também no combate à pobreza econômica e se inerem nas políticas e ações que fortaleçam o crescimento socioeconômico das pessoas LGBTIQPNA+.

Portanto, temos muito a desenvolver e debater sobre Políticas Públicas Culturais LGBTQIAPN+, e não posso deixar de convocar e indagar a sociedade brasileira, como a vídeo-aula propõe, o que nós brasileiros temos a ver com as políticas públicas culturais LGBTQIAPN+?

REFERENCIAS

Almeida, L. R. de, & Cury, L. (2021). A urgência de políticas públicas para artistas LGBTQ+ latino-americanos. *Revista Extraprensa*, 14(2), 299-316. <https://doi.org/10.11606/extraprensa2021.186268>

BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Justiça, 1996. (Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996)

BRASIL. CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília : Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Texto-Base Da Conferência Nacional De Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis E Transexuais. Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. 2008.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT – lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH). 2009.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília: SDH/PR, 2010.

BRASIL. As metas do plano nacional da cultura. Ministério da Cultura. 2012

BRAZ. Camilo. Políticas culturais LGBT no Brasil contemporâneo: interpretações antropológicas de uma cultura adjetivada. 2013, LASA2013 Congress Paper Archive

BENTES. Ivana. Comitê Técnico De Cultura LGBT Pretende Ampliar Promoção De Direitos Humanos. Projeto Legal. 2017. <http://projetolegal.org.br/institucional/>

CANCLINI. Garcia, Néstor (Org.). Políticas Culturales en América Latina. Buenos Aires: Grijalbo, 1987.

_____. *¿De qué hablamos cuando hablamos de resistencia?* In: Estudios Visuales. Ensayo, teoría y crítica de la cultura visual y el arte contemporáneo. Murcia: CENDEAC. Dez 2009, n. 7, p. 16-37.

COLLIN, Leandro. Política, cultura e comunidades LGBTQI+. In Cultura política no Brasil atual /– São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. 351 p: il. ; 29 cm.

HALL, Stuart .(2015) A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina. (original 1992).

MARINA. Heloisa. Atriz produtora de um teatro menor latino-americano: crises e potências na intersecção dos processos de gestão, produção e criação. 2017 425p. tese de doutorado. UDESC.

RUBIM e MÁRCIO. Antônio Albino Canelas; Tavares,. (organizadores). Cultura política no Brasil atual /– São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2021. 351 p. : il. ; 29 cm.

TAVARES. Márcio. *Guerra Cultural: das origens a Bolsonaro*. In Cultura política no Brasil atual /– São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. 351 p: il. ; 29 cm.